



EXPANSÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

EXPANSION AND COMMODIFICATION OF HIGHER EDUCATION

 **Wagner Pires da Silva**

Doutorando em Educação
Universidade Federal de Pelotas – UFPel.
Pelotas, RS – Brasil.
wagner.pires@ufpel.edu.br

 **Neiva Afonso Oliveira**

Doutora em Filosofia
Universidade Federal de Pelotas – UFPel.
Pelotas, RS – Brasil.
neivaafonsooliveira@gmail.com

Resumo: A educação superior, vista como simples investimento, é, atualmente, um espaço em disputa, tanto pela sua função social, quanto pelo potencial de lucros que ela pode gerar ao ser explorada como um negócio como qualquer outro. Uma concepção de educação que negue essa mercantilização se faz necessária. Para tanto, o presente trabalho reflete sobre as contribuições pedagógicas de Paulo Freire, entendendo estas como um ponto de partida para uma práxis libertadora na universidade, lançando mão do estudo bibliográfico para apresentar o contraste entre a universidade moldada pelo neoliberalismo e uma universidade voltada para as demandas dos oprimidos.

Palavras-chave: universidade; neoliberalismo; Educação libertadora; práxis.

Abstract: Higher education, seen as a simple investment, is currently a disputed space, both for its social function and for the potential profits it can generate when exploited as a business like any other. A conception of education that denies this commodification is necessary. Therefore, the present work reflects on the pedagogical contributions of Paulo Freire, understanding these as a starting point for a liberating praxis in the university, using bibliographic study to present the contrast between a university shaped by neoliberalism and a university focused on the demands of the oppressed.

Keywords: university; neoliberalism; liberating education; praxis.

Para citar – ABNT NBR 6023:2018

SILVA, Wagner Pires da; OLIVEIRA, Neiva Afonso. Expansão e mercantilização da educação superior. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 131-143, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n1.21219>

Introdução

Principal projeto do governo Bolsonaro para a Educação Superior, o Future-se previa um novo modo de financiamento da universidade pública. Estimulava mecanismo de privatização da instituição por meio da criação de fundos constituídos pelo patrimônio das Instituições Federais de Ensino Superior, que seriam negociados em bolsa de valores, retirando o investimento público. O programa acabou sendo retirado das discussões do congresso devido a resistência de que foi alvo por parte da comunidade universitária em praticamente todo o país.

Contudo, é preciso reconhecer que a proposição do Future-se é sintoma da concepção elitista de Educação Superior que o governo prega abertamente, com os ministros da educação dando declarações públicas sobre a universidade “ser uma instituição para poucos”, como afirmou Milton Ribeiro à Folha de São Paulo, em 10 de agosto de 2021; o atual ministro, ou como o ex-ministro Vélez, primeiro a assumir a pasta, que declarou que a universidade deve ser reservada a uma elite, já que segundo ele “ideia de universidade para todos não existe” (PASSARELLI, 2019).

Nos últimos anos, os valores de mercado estão cada vez mais presentes entre os brasileiros, influenciando a forma como estes veem a universidade. Os questionamentos acerca da universidade pública, suas funções e seu financiamento, foram estimulados por diversas mídias, tanto as tradicionais, quanto as novíssimas, representadas por *digital influencers*, entre outros, municiadas por *think tanks* pró-mercado e outros formadores de opinião.

As pressões pela mercantilização da Educação Superior não vêm apenas de quem está fora da universidade pública. Também há, internamente, uma forte movimentação para adoção de mecanismos de mercado, tanto em sua gestão e financiamento, quanto na área acadêmica propriamente dita.

Sociedade neoliberal

As políticas neoliberais, implementadas pelos governos a partir do fim do século passado, buscam adaptar a atuação do Estado a uma lógica que tem por base a concorrência, para daí estender essa lógica por toda a sociedade (DARDOT; LAVAL, 2017). Cada vez mais o mercado assume o papel de força estruturante da sociedade, deixando de ter apenas funções alocativas ou distributivas (FRAZER; JAEGGI, 2020).

É cada vez mais fácil constatar que nas últimas décadas “os mercados – e os valores de mercado – passaram a governar a nossa vida como nunca” (SANDEL, 2012, p. 11). A sociedade não possuiria uma economia de mercado, ela própria é uma sociedade de mercado. Esta é uma mudança social profunda, uma vez que

[...] uma economia de mercado é uma ferramenta – valiosa e eficaz – de organização de uma atividade produtiva. Uma sociedade de mercado é um modo de vida em que os valores de mercado permeiam cada aspecto da atividade humana. É um lugar em que as relações sociais são reformatadas à imagem do mercado (SANDEL, 2012, p. 16).

Há uma desvalorização da política de debates e da tomada de decisões por meio de ferramentas coletivas e/ou representativas em nome de um mecanismo supostamente neutro, impessoal. Mas, não há neutralidade nos mercados

[...] eles corporificam certas normas. Pressupõem – e promovem – certas maneiras de valorar os bens que estão sendo trocados. (...). Os mercados deixam as suas marcas nas normas sociais. Muitas vezes, os incentivos de mercado corroem ou sobrepujam os incentivos que não obedecem a lógica de mercado (SANDEL, 2012, p. 65).

A vida social se organiza a partir da troca de mercadorias, o que leva a mercantilização dos espaços públicos e coletivos. Os mercados atuam de forma a excluir outras formas de distribuição e alocação da produção, enquanto moldam a sociedade à sua imagem. O neoliberalismo simplesmente busca

[...] fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si (...). Considerado uma racionalidade governamental, e não uma doutrina mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34).

Com isso, é cada vez mais evidente a “entrega dos assuntos humanos mais importantes ao mercado” (FRAZER; JAEGGI, 2020, p. 40). A política neoliberal não deseja suprimir o Estado, pelo contrário, a atuação dos neoliberais atrela o Estado aos interesses do mercado, que escolhe quais as áreas podem permanecer estatais, públicas e quais as áreas devem ser entregues à exploração com fins lucrativos (DARDOT; LAVAL, 2016). Mesmo as áreas que se concede permanecerem sob controle do Estado, devem ser geridas dentro da lógica mercantilista. Dessa forma, saúde, educação, previdência social e outras ações sociais são repassadas para a iniciativa privada. De acordo com os defensores dessa política, a realização dessas ações pelo mercado seria, não apenas melhor que pelo Estado, mas, seria realizada de forma barata, garantindo o acesso e universalizando os atendimentos, graças aos mecanismos de concorrência.

Somado a esse argumento, “inculcam como dever moral satisfazer as preferências individuais, que são induzidas pelo próprio mercado” (CHAUÍ, 2013, p. 89). Cria-se uma ética e uma moral individualista, que vê o sucesso ou fracasso, como sendo reponsabilidade unicamente do indivíduo, reforçando uma narrativa segundo a qual a sociedade é “predominantemente marcada pela propriedade privada, e a razão da existência pessoal deixa de ser a articulação com a vida

coletiva, para ser o mero enriquecimento privado” (LESSA; TONET, 2011, p. 78).

Para defender essa individualidade excludente e como forma de garantir a liberdade, principalmente a de escolha, assume-se abertamente o fim dos direitos, pois estes seriam prejudiciais, ao fornecer mecanismos que escapam do individualismo. O Estado e sua atuação são forçadamente identificados com os totalitarismos do século passado, uma vez que nestes, a busca pelo poder e pela manutenção deste levaram à relativização da importância do indivíduo (MARTINS, 2015). E ainda há o falseamento histórico de considerar todos os totalitarismos como de esquerda.

Trazer a agenda neoliberal para a direção do Estado, bem como o individualismo exacerbado enfraquecem a democracia, ao se colocar que apenas uma pretensa racionalidade científica é que deve elaborar as regras e normas a serem seguidas pela sociedade (CHAUÍ, 2013).

Sociedade do conhecimento: a apropriação da atividade imaterial

O desenvolvimento das forças produtivas, principalmente por meio de inovações como as tecnologias de informação e comunicação levaram a uma maior complexidade das sociedades capitalistas, tanto as centrais, quanto, em menor grau, as periféricas. Essa ampliação da complexidade demanda uma capacitação maior dos indivíduos para atuar de forma funcional na sociedade capitalista (LESSA; TONET, 2011).

Outro fator a se considerar é que a apropriação e o consumo estão cada vez mais adotando formas individuais em detrimento de formas coletivas, embora a produção ainda seja um fenômeno social, coletivo. Aqui, a alienação e a fetichização, tal como descritas por Marx, atuam de maneira a fazer com que a mão de obra cada vez mais precarizada visualizem a produção como algo individual. Isso no sentido de que existem expectativas no mercado que devem ser satisfeitas pelo indivíduo, caso ele deseje ter uma colocação no mercado. Por isso ele deve qualificar-se, de preferência usando de seus próprios recursos, garantindo a diferenciação em relação aos demais, o que garantiria seu sucesso na nova sociedade de mercado. A falta de qualificação é um fator de exclusão do mercado e da sociedade. Essa é a base da Teoria do Capital Humano, para a qual a qualificação é um empreendimento individual.

[...] essa “teoria” implica à subjetividade que trabalha, forjar uma concepção de si como “empreendedor/a” que investe na sua força de trabalho como se ela não fosse uma mercadoria, mas parte de um negócio próprio cuja venda lhe retorna um “capital”. Ser um “empreendedor/a” nesse sentido, é dispor-se a gerenciar a própria vida analogamente à gestão de uma empresa, como um “empreendedor/a” capitalista (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 102).

A Teoria do Capital Humano faz parte do ferramental neoliberal para a sociedade do mercado. O neoliberalismo entende que “a tecnologia é hoje o principal fator de produção. Isso desloca o capitalismo, porque o conhecimento tecnológico, diferente das máquinas e do trabalho físico, é imaterial” (DOWBOR, 2020, p. 29). Justamente por isso a Educação Superior sofre uma nova investida do capital. Busca-se alterar a lógica do fazer universitário socializando os riscos e os custos, mas mantendo os benefícios nas mãos do mercado ao qual a universidade estaria atrelada.

Considerando-se que o neoliberalismo utiliza a ideia de que a realidade não pode ser transformada (FREIRE, 2013), a educação só pode atuar na adaptação do educando a essa realidade imóvel, através do treino técnico indispensável à sobrevivência do mesmo e evitando problematizar as relações sociais. A Educação, nesse quadro, passa a focar na preparação para o trabalho, “fazendo com que o educando deixe de ser um fim em si mesmo e passe a ser apenas mais um instrumento para alimentar o mundo do trabalho” (DOMINGUES, 2016, p. 58). Para além da formação de mão de obra, “abre-se um novo campo de acumulação de capital com a transformação das universidades em indústrias de produção do saber eficaz” (LAVALL, 2004, p. 33).

Essa transformação integra um novo deslocamento da acumulação a chamada sociedade do conhecimento (DOWBOR, 2020). Nesta a produção imaterial se torna o principal produto da atividade humana. Daí pode ser deduzido que há

[...] uma economia nova repousando em leis muito diferentes das antigas, na medida em que o conhecimento é um fator de produção cujos rendimentos são crescentes, ao contrário do que ocorreu com os fatores “físicos” do capital e do trabalho: a utilização de uma unidade suplementar de informação, longe de diminuir a produtividade marginal dessa unidade tende a aumentá-la, em decorrência do caráter cumulativo do conhecimento (LAVALL, 2004, p. 31).

Conhecimento, tecnologias, design, e uma gama de ideias e processos imateriais, recebem mais atenção do que os produtos materiais, com os países centrais cada vez mais buscando dominar essas atividades, enquanto a periferia assume a produção material. Aqui se faz necessário entender que o conhecimento é um bem não rival, ou seja, cujo uso em vez de desgastar o amplia e ainda de produção coletiva, pois necessita do compartilhamento de informações, ideias, entre outros.

Ideias, conhecimentos e imaginação, sendo dádivas gratuitas da natureza humana, podem servir de importantes insumos de valor de uso para as tecnologias de produção. O posicionamento da imaginação humana no processo de trabalho é significativo. A imaginação humana, não importa quão fértil ou inquieta seja, não aparece do nada. Qualquer nova construção do conhecimento sempre surge no contexto de experiências existentes e formas diversas de compreensão e interpretação dessas experiências através de linguagem, conceitos, narrativas e histórias preexistentes (HARVEY, 2018, p.102-103).

Lidar com essas características exige a atualização das formas de apropriação, controle da produção do conhecimento, bem como de sua organização. O capitalista assume-se como “um controlador de plataformas digitais, aplicativos, patentes, copyrights. E, evidentemente, de fluxos financeiros, igualmente imateriais, meros sinais magnéticos que definem outras formas imateriais de apropriação e controle, radicalmente mais poderosas” (DOWBOR, 2020, p. 35).

Formação sob o neoliberalismo

A assunção dos valores de mercado vem acompanhada de uma concepção de sociedade dicotômica, formada, em um extremo, por aqueles que tem o direito de comandar, por possuírem os conhecimentos técnicos e científicos necessários. Estes seriam vistos e admirados como competentes, não apenas por estarem aptos devido o domínio dos conhecimentos considerados válidos, mas por terem “investido” na obtenção dos mesmos. Por outro lado, a sociedade teria os incompetentes, os que não obtiveram os conhecimentos considerados necessários, tendo que se aceitar a subordinação aos primeiros (CHAUÍ, 2013). O estigma dos subordinados se dá pelo fato de que estes não foram capazes de investir e se tornarem bem-sucedidos tanto quanto os que receberam o direito ao comando da sociedade.

Este é o plano de fundo para que o neoliberalismo, implemente uma concepção economicista da educação, que deseja tratar a educação como qualquer outro mercado, retirando dela o investimento público a fim de evitar distorções no mercado (FREITAS, 2018). Para além dos níveis básico e médio, a Educação Superior, desde o final do século XX, é vista com interesse para o mercado.

As proposições neoliberais para o Ensino Superior, desde os anos 1990, repetem os mesmo objetivos: gestão universitária por meio equipamentos e ferramentas privadas, controle das instituições através de organizações sociais, substituição do financiamento público pelo financiamento por meio de fundos de aplicação privados, pesquisa atrelada ao mercado, cursos voltados às demandas do capital e outras propostas constantes do programa neoliberal que nem mesmo se atualizam diante das transformações ocorridas na sociedade brasileira. (SGUISSARD, 2009).

Diante das constantes denúncias de corrupção veiculadas na mídia e o avanço de operações judiciais como a Lava Jato a atuação do Estado brasileiro passa a ser questionada e repensada de acordo com os moldes neoliberais. As políticas públicas, principalmente após a ascensão de Temer (2015-2018), voltam-se ao interesse do mercado, com diminuição das atribuições e papéis do Estado. Desde então a agenda de governo tem sido a promoção de reformas que ampliam a liberdade de atuação da iniciativa privada em detrimento dos direitos e mesmo da renda dos trabalhadores.

Para além disso, há a constitucionalização do desinvestimento público, por meio de mecanismos como a Emenda Constitucional 95, o Teto de Gastos, que congela por vinte anos os investimentos do governo, chamados eufemisticamente de gastos, enquanto não impõe nenhum limite aos pagamentos de juros ao setor financeiro. Com o Teto de Gastos, a saúde e a educação, sendo a Educação Superior um dos principais alvos de desinvestimento.

O neoliberalismo retira das políticas públicas a prioridade da universidade dentro de um contexto em que todas as políticas sociais, como a saúde, a previdência e a educação perdem prioridade (SANTOS, 2010). A economia que passa a assumir a posição central, tanto na sociedade, quanto entre os indivíduos, elegendo como principais valores sociais “os da eficácia produtiva, da mobilidade individual, mental e afetiva e do sucesso pessoal” (LAVALL, 2004, p. 15). Os saberes se transformam em mercadorias e fatores de produção, sendo que o Estado deve se reservar ao papel de regulador, enquanto as instituições de ensino buscam atender as demandas do mercado (LAVALL, 2004).

Com a ascensão das políticas neoliberais ao executivo federal e a consequente implementação de políticas de austeridade, mesmo os programas que destinam o Fundo Público para o Mercado, como o PROUNI (Programa Universidade para Todos, criado em 2005) e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil, criado em 2001) começam a ser ameaçados com a diminuição de recursos. Embora o Brasil ainda esteja distante de atingir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), para o Ensino Superior, que prevê para 2024 uma taxa bruta de matrícula entre a população de 18 a 24 de 50%, os movimentos e declarações do governo federal vão no sentido de que a expansão de vagas deve parar ou se dar em um ritmo mais lento.

Não obstante, percebe-se um movimento de esvaziamento dessa política pública, com a ascensão de políticas de austeridade, que penalizam a educação superior, principalmente a pública. Contingenciamento, diminuição dos investimentos, entraves para mobilidade de pesquisadores, intervenção, ataques à autonomia universitária e às instituições transformaram-se em uma rotina nas IFES. Para muitos dos formuladores de políticas neoliberais a universidade deveria se conformar com o papel de apêndice do mercado, produzindo mão de obra tecnicamente qualificada, mas acrítica, em resposta ao que lhe demanda o capital. É preciso defender a universidade desse modelo, “que considera que todas as instituições, inclusive as públicas, devem ser colocadas a serviço da máquina econômica em detrimento de qualquer outra finalidade” (LAVALL, 2004, p. 86).

Entende-se a investida sobre a Educação Superior nesse contexto que a sociedade do conhecimento se encontra com a Nova Economia, que embora tenha as características ideais para ser uma atividade compartilhada está rumando para uma individualização cada vez maior.

A Educação superior em disputa

A visão que se tem para a universidade neoliberal é de uma instituição para poucos, que se pautar por um paradigma concorrencial e competitivo, que exclua ou pelo menos encubra o caráter colaborativo da construção e difusão do conhecimento. Pautado por essa lógica, o conhecimento e a tecnologia produzida por este terminariam por transformarem-se em sujeito, num processo avassalador que termina por capturar a humanidade e, em vez de alforriá-la, submete-a à maior das servidões” (DOMINGUES, 2016, p. 34). Ou seja, em vez de liberar a humanidade para a realização da omnilateralidade de mulheres e homens, a tecnologia acaba, por tornar-se apenas ampliação da extração de mais-valor, perpetuando a exploração.

Com o neoliberalismo, além das pressões por sua mercantilização, a Universidade está diante de um processo de alienação do imaterial. Para concluir essa alienação, as políticas neoliberais buscam aprofundar a subordinação da Educação Superior ao capital. O ensino superior, quer seja o público ou o privado, se subordina à lógica do modo de produção em vigor, o capitalismo, refletindo os impactos e tensões referentes à luta de classes inerente à sociedade (BAUER, 2010).

Desse modo, a universidade é uma instituição social, o que “significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p. 35). Em outras palavras, a universidade é uma construção histórica, fruto das constantes interações entre universidade e sociedade, uma vez que aquela reflete esta e estão em constante atuação uma sobre a outra. Surgida no Medievo, a Universidade veio se transformando ao longo do tempo, para dar respostas às novas demandas que as mudanças econômicas, sociais e culturais da sociedade lhe colocavam a frente.

Em uma conjuntura onde a educação é entendida como mera prestação de serviços e não como um direito, a Educação Superior é alvo das maiores tentativas de mercantilização, mesmo que a maior parte das vagas desse nível de Ensino já seja ofertada pelas instituições privadas. Alvo de pressões não apenas por privatização pura e simples, mas também para trazer elementos da gestão privada para sua gestão, a universidade precisa repensar sua atuação, bem como seus processos e mesmo a forma fazer-se universidade.

A visão que o setor privado possui em relação a Educação Superior no Brasil é a de que “em decorrência da necessidade perene do serviço que aporta e das altas margens de lucros geradas nos últimos anos, é, atualmente, uma das opções de investimento de fluxos de capital e internacional” (CALEFFI; MATHIAS, 2017, p. 13), ou seja, um negócio como outro qualquer. A última década viu surgir e florescer os chamados grupos educacionais, companhias de direito privado,

com capital aberto e ações negociadas na Bolsa de Valores, voltados para a exploração da educação como um negócio. Estes grupos concentram a maioria das matrículas no Ensino Superior.

A ascensão desses grupos é considerada como uma mudança na forma como a educação é entendida. Ela seria mera prestação de serviço, a ser bancada por quem deseja maximizar seu valor no mercado de trabalho e não um direito financiado pelo Estado. Para Leher (2018), seria ver a educação enquanto “prática capaz de converter o conhecimento e a formação humana em ‘capital humano’, isto é, em insumo do capital” (LEHER, 2018, p. 49), promovendo, como observado anteriormente, uma visão individualista de que a pessoa é quem deve responsabilizar-se pela sua formação, a fim de valorizar-se.

Para livrar-se dessa subordinação, a universidade precisa exercer um papel protagonista na sociedade, o que significa, em relação à formação, atuar por meio de uma educação libertadora. Para isso, ela precisa aproximar-se da realidade brasileira, devendo optar entre seguir as diretrizes das classes dominantes ou engajar-se no impedir as frustrações das aspirações populares (SAVIANI, 2013).

Para isso, é importante buscar desenvolver uma universidade dentro da concepção freiriana de práxis, onde a reflexão e a ação estão intrincados na “esperança de que é possível construir um mundo melhor” (QUERUBIM, 2013, p. 24). Combater a concepção mercantilista da Educação Superior, as fábricas de diplomas e a alienação dos saberes na Universidade envolve o entendimento de que, “quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 2013, p. 25).

Construindo uma proposta freiriana para a universidade

Ao buscar referenciais freirianos para a universidade, é preciso entender que a obra de Freire não se reduz a um método pedagógico ou apenas a um método de alfabetização de adultos. Na obra de Freire, a educação é antes de tudo um ato de conhecimento, tendo, portanto, uma dimensão epistemológica (ANDREOLA; LOPES, 2013). Essa epistemologia é a que deve guiar esse percurso para a universidade que nega a mercantilização e o neoliberalismo e supera a universidade da e para a elite.

De acordo com Querubim (2013), apesar da obra de Freire estar voltada para a educação popular, para este a universidade era concebida “com os mesmos paradigmas epistemológicos que concebia qualquer outro nível de educação” (QUERUBIM, 2013, p. 24). O olhar freiriano sobre a educação das classes populares pode e deve ser referência para as universidades no momento em que estas instituições, com a expansão da educação superior ocorrida nas primeiras décadas do

século XXI, recebem um grande número de estudantes oriundos das classes populares.

O Brasil foi historicamente construído sobre desigualdades de classe, de raça, de gênero entre outras. O acesso ao Ensino Superior pode ser uma importante ferramenta para superação dessas desigualdades, desde que direcionada para “combater o tradicional elitismo social da universidade pública, em parte responsável pela perda da legitimidade social desta” (SANTOS, 2010, p. 71). Como observa Santos (2010), faz-se necessário, para uma verdadeira democratização da universidade, colocar um fim na exclusão de grupos sociais e de seus saberes por parte da universidade. Afinal, não basta apenas o acesso dos grupos socialmente excluídos à universidade, faz-se necessário garantir a permanência e a qualidade da formação e para isso é preciso elaborar “uma proposta pedagógica de ensino superior diferenciada, sensibilizada e comprometida politicamente com esses grupos, que possa de fato acolher as camadas populares nesse momento de transição em que a escola não preparou com competência esses sujeitos” (QUERUBIM, 2013, p. 119).

Diante do que foi colocado acima, as Universidades, “para funcionar de maneira adequada, precisam ser públicas, descentralizadas e com controle participativo das comunidades” (DOWBOR, 2013, p. 137). No entanto, Caleffi e Mathias (2017), consideram que a necessidade de capital humano qualificado e a alta demanda por Ensino Superior de alunos oriundos do Ensino Médio demandam um sistema de Educação Superior mais versátil, capaz de dar respostas céleres a essa demanda por novas vagas na graduação, defendendo o modelo privado, que nos mais das vezes oferta apenas uma educação do tipo bancária, em que o ato de educar “se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2020, p. 80). Uma educação que não gera uma consciência crítica e acaba por automatizar as mulheres e os homens que se diplomam, mas não realizam o seu potencial enquanto seres humanos.

A negação da universidade neoliberal e individualista passa pela busca pela humanização de discentes e docentes, de toda a comunidade acadêmica, convencida “de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2013, p. 24).

Aqui se reafirma o tripé universitário: Ensino, Pesquisa e Extensão. Afinal, a construção do conhecimento demanda pesquisa e a divulgação da mesma, uma relação clara, já que “pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 2013, p. 31). Mas como fazer isso, diante de estudantes que chegam à universidade, muitas vezes oriundos de escolas que não os preparam para lidar com os conteúdos complexos de algumas disciplinas universitárias? De acordo com Querubim (2013), rebaixar os conteúdos universitários para esse público, longe de democratizar a universidade, apenas aprofunda o fosso, entre os opressores e

oprimidos. É preciso investir na criticidade, respeitando as vivências e experiências dos educandos, seus saberes constituídos na prática de suas comunidades e “discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos” (FREIRE, 2013, p. 31). Discutir, continua Freire (2013), a realidade, relacionando os conhecimentos curriculares necessários com as experiências sociais dos alunos.

Ao escrever sobre extensão, Freire (1983) falava sobre a necessidade do extensionista, enquanto educador para a prática libertadora. Este deveria estabelecer diálogo com os que pensam que nada sabem, para promover uma transformação do pensamento destes, vindo assim, todos a saber mais. Na atualidade, estes que pensam que nada sabem, camponeses, periféricos, entre outros, enfim os oprimidos, estão chegando em grande número à universidade. Esta prática libertadora, voltada para fora dela, deve voltar-se para dentro.

Para Freire (1983), o objetivo da educação popular deve ser aprofundar não apenas uma capacitação profissional, tecnológica, não apenas obter um diploma, mas problematizar a relação do homem com o mundo e entre os homens, permitindo que os alunos obtenham a consciência da realidade na qual estão inseridos. Este também deve ser o objetivo da Educação Superior. Uma educação, que tal como a pedagogia do oprimido, deve

[...] ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE, 2020, p. 43).

É preciso que a Educação Superior contribua para superar essa visão do homem enquanto um recurso, tal qual as máquinas e matérias-primas, e proporcione aos educandos que assumam sua vocação ontológica, sua busca pela humanização, para assim libertarem-se a si e aos opressores.

Conclusão

A democratização da Educação Superior é a negação do modelo neoliberal. Nos últimos anos, a expansão de vagas e o surgimento de novas Instituições privilegiou o modelo privado, que estabelece uma relação de negócios com os estudantes. Não apenas isso, todo o processo é realizado enquanto negócio, voltado para a obtenção de lucros cada vez maiores. Utilizando-se, principalmente, de faculdades centros universitários, desobrigadas por lei a cumprir o tripé ensino, pesquisa e extensão, as instituições privadas investem ainda em ganhos de escala ao consolidar o setor em mãos de alguns grupos educacionais que atuam por todo o país.

Diante do avanço do modelo privado, a universidade pública recebe pressões por parte da sociedade para adaptar-se a essa dinâmica, vista como efetiva, no atendimento às demandas por Educação Superior.

Este trabalho reafirma a importância da universidade pública, gratuita e de qualidade, ao mesmo tempo em que reivindica que a mesma esteja voltada para as camadas populares, buscando superar a divisão social entre opressores e oprimidos. Essa superação só pode vir de uma concepção de educação libertadora, inspirada na epistemologia freiriana e, por isso, construída pelos diversos atores que se relacionam com a universidade.

Referências

- ANDREOLA, Balduino Antonio; LOPES, Ronaldo Silva. Dimensões psicológicas e epistemológicas da obra de freire. In: *Diálogo*. Canoas/RS, n. 22, abr. 2013. Disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/1040>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. *A fábrica da educação: da flexibilização taylorista à flexibilização toyotista*. São Paulo: Editora Cortez, 2017.
- BAUER, Carlos. *A classe operária vai ao campus: esboço de uma história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Sundermann, 2010.
- CALEFFI, Paula; MATHIAS, Alexandre J. L. *Universidade S.A.: As companhias de capital aberto da educação superior no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *O ser humano é um ser social*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DOMINGUES, Ivan. *O trabalho e a técnica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- DOWBOR, Ladislau. *Democracia Econômica: alternativas de Gestão Social*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013.
- DOWBOR, Ladislau. *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020.
- FRAZER, Nancy. JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.* Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.* São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI.* São Paulo: Boitempo, 2018.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.* Londrina: Editora Planta, 2004.

LEHER, Roberto. *Universidade e heteronomiacultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes.* Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx.* São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, José Antônio. *Filosofia Política.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

QUERUBIM, Viviane Rosa. *Paulo Freire e a Educação Superior: referenciais freirianos para pensar a universidade brasileira.* 2013. 204f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2013.

PASSARELLI, Hugo. 'Ideia de universidade para todos não existe', diz ministro da Educação. Valor. Globo. 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em 8 de maio de 2023.

SANDEL, Michael J. *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.* São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Demerval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica.* Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade brasileira no Século XXI.* São Paulo: Cortez, 2009.

UNIVERSIDADE deveria ser para poucos, diz ministro da Educação de Bolsonaro. Folha de São Paulo [online], São Paulo, 10 de agosto, 2021. Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/universidade-deveria-ser-para-poucos-diz-ministro-da-educacao-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 02 maio 2023.